

Cristianismo e Política – Notícia sobre a Sessão do CEMES

28 de novembro de 2015

No contexto do nosso tempo é frequente ouvirmos dizer: “À política o que é da política e à religião o que é da religião”, uma afirmação que pretende traduzir a ideia mais ou menos generalizada de que religião e política estarão em campos completamente distintos, até opostos.

Na sessão do CEMES do dia 28 de Novembro passado, a igreja do Mirante não se transformou na Assembleia da República, nem se encheu de políticos ilustres, mas de mais de 40 pessoas, na sua maioria cristãos comuns, de diversas confissões, e alguns sem religião, interessados em entender melhor as relações entre o Cristianismo e a Política, assim como num debate aberto sobre essas questões. A exposição do Professor de Direito Jónatas Machado foi brilhante e esclarecedora.

Após um breve enquadramento do Judaísmo e do Cristianismo entre as outras religiões, incluindo as da Antiguidade, a voz com origem na sarça ardente que Moisés escutou, tal como podemos ler em Êxodo 3: 7, foi o ponto de partida escolhido pelo orador para conduzir os presentes por um percurso pelo seio da história do povo de Israel e do mundo ocidental. Através da sarça ardente, Deus disse a Moisés: **“Tenho visto atentamente a aflição do meu povo, que está no Egipto, e tenho ouvido o seu clamor por causa dos seus opressores, porque conheci as suas dores.”**

Desta forma Deus revela-se acima do suposto poder divino do Faraó, convocando para o confronto com todos os poderes capazes de gerar injustiças. De facto, o Judaísmo e Cristianismo contrastam com outras religiões, por não legitimarem o exercício do poder por elites que oprimem os povos, sejam elas políticas, religiosas, militares ou económicas. A consciência da existência de uma Lei Suprema, atenta aos fracos e oprimidos e que não pactua com a corrupção ou o suborno, implica o confronto sistemático com todos os poderes com tendência a exceder-se. Ao longo do tempo, foi o que aconteceu em vários momentos históricos.

Na história do povo de Israel assistimos sempre a uma tensão latente entre reis e profetas, sendo os profetas chamados a confrontar o poder e as falhas dos reis e das elites religiosas,... O profeta Amós declara que os múltiplos louvores a Deus e as muitas orações dos poderosos não apagavam a sua ambição, nem a opressão a que sujeitavam o povo. Esse confronto aconteceu até no interior das instituições religiosas, quando elas próprias se tornaram poderosas e se tornaram “covis de ladrões”, como aconteceu no tempo de Jesus e no de Martinho Lutero. Jesus, no seu tempo, expulsou os vendilhões do templo. Na Alemanha do séc XVI, Lutero confrontou o Papa e o Imperador com uma norma superior – a Bíblia. Fez da Bíblia um texto de referência ao alcance de todos, para confrontar os excessos dos poderes instituídos. Confrontos por causa da justiça social ocorreram também na França do século XVIII, com a Revolução Francesa, e na Revolução Russa de 1917, como reacção a injustiças insuportáveis e com consequências semelhantes às das pragas do Egipto para os opressores. Paraphraseando Karl Marx, de formação judaica, podemos concluir que “a religião não pode ser o ópio do povo”. Questões políticas, económicas e sociais são também questões teológicas. Na verdade, para Deus está tudo relacionado, a Sua justiça liberta, alivia os cansados e oprimidos. O apóstolo Tiago afirma: **“A religião pura e imaculada para com Deus e Pai, é esta: Visitar os órfãos e as viúvas nas suas tribulações, e guardar-se da corrupção do mundo.** (Tiago 1: 27). Se a verdadeira religião é cuidar do próximo e combater a corrupção, a política só pode ser

encarada como um serviço, o de zelar pelos direitos fundamentais e pelas condições de vida de todos, nomeadamente dos mais fracos e desprotegidos da sociedade. Nesse sentido, no final do debate subsistiu uma questão fundamental para os que de alguma forma ocupam posições de poder ou de influência na sociedade, seja a que nível for: **Queremos tratar o outro como Deus nos tratou a nós ou como faraó tratava o povo de Israel?** Desta forma, o Cristianismo pode constituir-se como reserva moral da sociedade e do exercício do poder.

A próxima sessão do CEMES ficou agendada para o dia 30 de Janeiro. Tanto o tema dessa sessão como o orador serão divulgados oportunamente.